

Legitimidade e custos em causa

O Dr. Durão Barroso foi convidado para Presidente da Comissão Europeia. A sua escolha pelos parceiros europeus e o processo da sua substituição em Portugal, no cargo de Primeiro Ministro, explicitam vazios de legitimidade democrática, em Portugal e na Europa.

Em Portugal, formalmente, o Governo depende do suporte da Assembleia da República. Quando o Primeiro Ministro se demite, auscultados os partidos políticos, o Presidente da República indica um novo Primeiro Ministro que terá de formar um Governo que tenha suporte na Assembleia da República. Caso tal não seja possível, são convocadas eleições antecipadas. Todavia, há um problema de legitimidade democrática real na substituição do Primeiro Ministro, sem eleições antecipadas. E assim é porque, na eleição para a Assembleia da República, os eleitores escolhem de facto o Primeiro Ministro, os líderes partidários e o peso eleitoral de cada partido. Não escolhem deputados. Os deputados são eleitos por arrastamento. A Assembleia da República é uma emanção das lideranças partidárias sufragadas pelo voto. São as lideranças partidárias que representam os eleitores. Os deputados, em média, representam as respectivas lideranças partidárias. Daí a disciplina partidária. Daí que as propostas recorrentes de redução do número deputados da Assembleia da República sejam encaradas, em média, como redução de custos do sistema sem sacrifício de benefícios, muito pelo contrário. Daí ser prática corrente a substituição de grande parte dos deputados eleitos por ilustres desconhecidos dos eleitores, logo após a sua eleição.

Nos Estados Unidos da América (EUA) escolhe-se o Presidente (Chefe do Governo) e o Vice-Presidente (que substitui o Presidente em caso deste ficar impedido de exercer o cargo). Em Portugal apenas se escolhe o Primeiro Ministro (Chefe do Governo). Note-se que caso se escolhesse também um Vice-Primeiro Ministro, o Dr. Durão Barroso

seria facilmente substituído, sem problemas de legitimidade democrática. Nos EUA elege-se adicionalmente um Congresso (com funções semelhantes às da nossa Assembleia da República) e um Senado (segunda câmara, de representação territorial). Em Portugal é preciso recuperar a eleição da Assembleia da República e, talvez, criar um segunda câmara (de representação territorial). Em Portugal elege-se adicionalmente um Presidente da República, que é das poucas figuras do nosso sistema político cuja legitimidade formal tem correspondência real. Tal reforça, enormemente, a legitimidade das suas escolhas, na gestão da actual conjuntura política.

Tudo indica que os líderes dos Governos da União Europeia (UE) escolheram o Dr. Durão Barroso pelas piores razões. Tudo indica que se trata de uma decisão Salomónica, ditada pelos egoísmos nacionais. A legitimidade real da Comissão Europeia seria outra, fossem as suas principais figuras directamente escolhidas pelos europeus. Espero que o Dr. Durão Barroso seja uma boa surpresa. Que aproxime Portugal e os países de língua oficial portuguesa à Europa, que afaste a Europa dos seus egoísmos nacionais e a aproxime dos europeus e do mundo. Quanto a nós, portugueses residentes, o melhor é começar a pensar na sempre adiada reforma do sistema político nacional, no sentido de dar conteúdo real à legitimidade meramente formal de alguns dos órgãos de representação nacional. Os custos de adiar novamente as reformas estão à vista.

Leonardo Costa

Texto elaborado em colaboração com a Ordem dos Economistas, publicado no Jornal Notícias na Segunda-feira, dia 12 de Julho de 2004